

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 02/03/2021 | Edição: 40 | Seção: 1 | Página: 16

Órgão: Ministério da Economia/Gabinete do Ministro

PORTARIA ME Nº 2.423, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

Declara a revogação de atos normativos inferiores a decreto, para os fins do disposto no art. 8º do Decreto nº 10.139, de 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Fica declarada a revogação dos seguintes atos normativos, relativos ao Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC:

I - da extinta Secretaria da Administração Federal da Presidência da República:

- a) Portaria nº 5.069, de 14 de dezembro de 1992;
- b) Portaria nº 1.640, de 24 de junho de 1993; e
- c) Portaria nº 1, de 1º de março de 1994;

II - do extinto Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado:

- a) Portaria nº 3.597, de 10 de novembro de 1997;
- b) Portaria nº 3.772, de 24 de novembro de 1997;
- c) Portaria nº 3.454, de 15 de dezembro de 1998; e
- d) Portaria Normativa nº 3, de 28 de dezembro de 1998, da Secretaria-Executiva;

III - do extinto Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

- a) Portaria nº 1.294, de 28 de dezembro de 1999, da Secretaria-Executiva;
- b) Portaria nº 181, de 16 de agosto de 2000;
- c) Portaria nº 562, de 24 de outubro de 2000;
- d) Portaria nº 17, de 6 de fevereiro de 2001;
- e) Portaria nº 1.191, de 5 de dezembro de 2001, da Secretaria-Executiva;
- f) Portaria nº 655, de 22 de outubro de 2002, da Secretaria-Executiva;
- g) Portaria nº 755, de 10 de dezembro de 2002, da Secretaria-Executiva;
- h) Portaria nº 111, de 24 de julho de 2003;
- i) Portaria nº 226, de 5 de novembro de 2003;
- j) Portaria nº 876, de 17 de dezembro de 2003, da Secretaria-Executiva;
- k) Portaria nº 1.080, de 21 de dezembro de 2004, da Secretaria-Executiva;
- l) Portaria nº 971, de 8 de novembro de 2005, da Secretaria-Executiva;
- m) Portaria nº 338, de 6 de junho de 2006, da Secretaria-Executiva;
- n) Portaria nº 396, de 23 de junho de 2006, da Secretaria-Executiva;
- o) Portaria nº 740, de 27 de dezembro de 2006, da Secretaria-Executiva;
- p) Portaria nº 424, de 11 de julho de 2007, da Secretaria-Executiva;
- q) Portaria MPOG nº 669, de 25 de outubro de 2007, da Secretaria-Executiva;
- r) Portaria MPOG nº 855, de 26 de dezembro de 2007, da Secretaria-Executiva;

- s) Portaria nº 525, de 6 de novembro de 2008, da Secretaria-Executiva;
- t) Portaria nº 16, de 29 de janeiro de 2009;
- u) Portaria nº 22, de 10 de fevereiro de 2009;
- v) Portaria nº 344, de 15 de outubro de 2009;
- w) Portaria nº 834, de 6 de novembro de 2009, da Secretaria-Executiva;
- x) Portaria nº 376, de 12 de maio de 2010, da Secretaria-Executiva;
- y) Portaria nº 491, de 7 de junho de 2010, da Secretaria-Executiva;
- z) Portaria nº 735, de 1º de dezembro de 2010, da Secretaria-Executiva;
- aa) Portaria nº 870, de 24 de outubro de 2011, da Secretaria-Executiva;
- ab) Portaria nº 595, de 22 de dezembro de 2011;
- ac) Portaria nº 221, de 24 de maio de 2012;
- ad) Portaria nº 313, de 30 de julho de 2012;
- ae) Portaria nº 3, de 3 de janeiro de 2013;
- af) Portaria nº 262, de 19 de julho de 2013
- ag) Portaria nº 2, de 3 de janeiro de 2014;
- ah) Portaria nº 113, de 3 de abril de 2014;
- ai) Portaria nº 15, de 3 de fevereiro de 2015; e
- aj) Portaria nº 630, de 31 de dezembro de 2015;

IV - do extinto Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

- a) Portaria nº 223, de 8 de agosto de 2016;
- b) Portaria nº 369, de 29 de novembro de 2016;
- c) Portaria nº 468, de 22 de dezembro de 2017;
- d) Portaria nº 174, de 21 de junho de 2018;
- e) Portaria nº 412, de 11 de dezembro de 2018;
- f) Portaria nº 442, de 27 de dezembro de 2018; e
- g) Portaria nº 350, de 31 de outubro de 2018; e

V - do Ministério da Economia:

- a) Portaria nº 594, de 11 de novembro de 2019;
- b) Portaria nº 679, de 30 de dezembro de 2019;
- c) Portaria nº 362, de 27 de outubro de 2020; e
- d) Portaria nº 364, de 28 de outubro de 2020.

Art. 2º Os atos de que trata o art. 1º ficarão disponíveis na base de dados do SIGEPE LEGIS como repositórios para fins de consulta, pesquisa e registro histórico.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de abril de 2021.

PAULO GUEDES

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.